

Impasse entre governo e o Senado para alterar o projeto de renegociação

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Um jantar com o embaixador Jório Dauster, na última quarta-feira, não foi suficiente para convencer o presidente e o relator da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de que é necessário alterar ou suprimir do projeto de resolução que baliza a renegociação da dívida externa o dispositivo que impede o governo brasileiro de pagar juros aos bancos credores antes de o Senado aprovar os contratos. Segundo o relator do projeto, senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), um novo encontro foi marcado com Dauster, na próxima semana, para se tentar buscar alguma fórmula que altere o dispositivo e satisfaça tanto o governo quanto o Legislativo.

"Essa cláusula tem como propósito dizer que estamos dispostos a pagar juros, mas dentro da nova negociação", disse Fernando Henrique. "Nós entendemos que a vedação é positiva e coincide com declarações dadas pelos membros mais representativos do governo, entre eles o presidente Fernando Collor e a ministra Zélia", afirmou o presidente da comissão, Severo Gomes. Apesar dessa posição, Fernando Henrique disse que foram colocadas na mesa algumas fórmulas. A mais clara delas prevê a autorização do Senado, para pagamentos antecipados de juros, disse o senador.

FLEXIBILIDADE

Jório Dauster afirmou que a posição para se pagar juros atrasados tira a flexibilidade da negocia-

ção. "Por isso, o governo defende sua supressão", disse Severo Gomes. Segundo Fernando Henrique, Dauster informou que os banqueiros estão interpretando a vedação como uma "moratória" decretada pelo Senado. Ele está convicto, no entanto, de que não se pode eliminar pura e simplesmente a proibição.

"É positivo, por exemplo, atrelar o pagamento de juros à negociação", declarou o senador. Ele acha que o governo está apenas começando uma longa negociação e não pode começar cedendo. Fernando Henrique propôs também, como saída, o depósito de juros antecipados em conta-caução, que seriam liberados depois da assinatura dos acordos. "O que não se pode repetir é aquilo que se fez no passado: pagar os juros e não negociar mais", declarou.

Jório Dauster disse à editora Maria Clara R. M. do Prado que é improdutivo existir no projeto de resolução dispositivo de caráter restritivo, que dificulte a negociação. Ele, no entanto, acha que até para os bancos credores é interessante a existência do projeto de resolução, porque isso deixa claro os limites dessa negociação.

Severo Gomes não acredita que o governo aceite submeter ao Senado os pagamentos antecipados de juros. Segundo ele, o Executivo alega que isso traria problemas de tempo, em razão da lentidão do Legislativo. "Agora, se objetivamente o governo mostrar que há uma redação melhor, podemos examinar", concluiu Fernando Henrique Cardoso.